

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ANA PAULA ROSA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA: EM DISCUSSÃO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

MARINGÁ
2013

ANA PAULA ROSA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA: EM DISCUSSÃO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Artigo contendo os resultados finais da pesquisa referente ao Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Jani Alves da Silva Moreira, da Universidade Estadual de Maringá.

MARINGÁ
2013

SILVA, Ana Paula Rosa da. **Políticas Públicas para o financiamento da Educação Básica**: em discussão o Programa Bolsa Família. 2013. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: EM DISCUSSÃO O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

RESUMO: Este trabalho de conclusão de curso apresenta reflexões e análises sobre a relação entre gestão e o financiamento da educação no Brasil. Na década de 1990 o Brasil passou por processo de transformações marcado predominantemente pelas influências das políticas neoliberais. Para compreender esse contexto, foi relevante elucidar sobre as influências das agências internacionais que orientam na construção de políticas educacionais no âmbito da América Latina (AL. Apresenta-se aqui, o centro de formação que investe na educação latina americana que é o Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIPE) criado pela UNESCO em 1963. Este Instituto tem como meta definir e orientar uma agenda política para financiamento da educação no Brasil, bem como, em toda AL. Com o propósito de expor reflexões acerca dos discursos do financiamento para educação, a pesquisa centra-se especificamente na análise do Programa Bolsa Família (PBF) e sua evolução histórica. O interesse em se pesquisar o tema ocorre no sentido de, melhor compreender as políticas de financiamento da educação em países em desenvolvimento como o Brasil, os quais são orientados a discursar sobre a garantia de uma boa qualidade do ensino, exercendo assim a diminuição da pobreza no país. Este é um dos projetos desenvolvidos atualmente pelo Governo Federal sendo bem avaliado pelas organizações internacionais (ONU, UNESCO, IIPE), pelo fato de o programa objetivar atender famílias carentes, pautando-se no pilar educação e equidade social. No entanto, há uma questão: a ampliação de programas de instabilidade social como os de transferência de renda, no caso, o Programa Bolsa Família vem amenizando os problemas de pobreza e consequentemente contribuindo para a melhoria da educação dessa população? A pesquisa fundamenta-se na concepção Materialismo-Histórico, pautada em documentos e fontes bibliográficas que abordam sobre as temáticas, “políticas para a gestão e o financiamento da educação”, além disso, apoia-se também em documentos que procedem aos discursos sobre políticas econômicas e sociais do contexto educacional contemporâneo.

Palavras-chave: Financiamento da educação. Políticas Públicas. Programa Bolsa Família.

PUBLIC POLICIES FOR FINANCING OF BASIC EDUCATION: FOCUS ON THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM (PBF)

ABSTRACT: This final course paper presents reflections and an analysis of the relation between education management and financing in Brazil. In 1990s Brazil underwent a transformation process marked predominantly by the influences of neoliberal policies. In order to understand this context, it was important to elucidate

the influences of the international agencies which guide the construction of educational policies, in the context of Latin America (LA), in order to propose strategies to the situational context of education and poverty existent in this area. It is presented the center of formation that invests in the Latin American education which is the International Institute of Educational Planning (IIEP) created by UNESCO in 1963. This Institute aims to define and guide a policy agenda for educational financing in Brazil, as well as throughout LA. With the purpose of exposing reflections on the discourses of educational finance, the research specifically focuses on the analysis of the Bolsa Família Program (PBF) and its historical evolution. The interest in researching the issues occurs in order to better understand the politics of education financing in developing countries as Brazil, which are guided to discourse about ensuring a good quality of education, thereby exerting poverty alleviation in the country. This is one of the projects that has been developed by the Federal Government and which has been getting good rates through international organizations (ONU, UNESCO, IIEP) because the program aims to serve needy families, based on the pillar of education and social equity. However, there is a question: the expansion of social programs instability as the income transfer, in this case, the Bolsa Família Program has alleviated the problems of poverty and thus contributed to the improvement of education of this population?The research is based on Historical-Materialism guided by documents and bibliographic sources which approach the issues, “policies for educational management and financing”, in addition, it also relies on the documents that come to the discourses about economic and social policies of the contemporary educational context.

Keywords: Educational financing. Public Policies. Bolsa Família Program.

Introdução

A gestão e financiamento para a educação no Brasil são temas do presente estudo. Parte-se do pressuposto de que a Reforma do Estado, desencadeada a partir de 1990, permitiu transformações no âmbito da gestão pública e modificações nas políticas para a educação. A Reforma do Aparelho do Estado foi uma difusão do ideário neoliberal nos países desenvolvidos, que buscavam inserir os países considerados “em desenvolvimento”, como os da América Latina, no mundo globalizado. O intuito foi promover reformas estruturais, algumas no campo educacional, para transpor mudanças no modo de vida da população e ampla valorização do mercado financeiro.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, tendo como referencial teórico o Materialismo- Histórico. A finalidade é compreender como se

processaram as orientações advindas dos organismos internacionais¹ para o campo educacional e o financiamento da educação no Brasil. O modo em que são inseridas as políticas para o financiamento e as transferências de renda, bem como, quem está ligado à essas políticas, são prioridades de compreensão no decorrer desse trabalho.

No início da década 1990, o Brasil assumiu compromissos com as agências internacionais, como a UNESCO, para a construção de novas perspectivas políticas, tendo em vista a necessidade de melhorias para contenção dos problemas econômicos e sociais causados com a crise mundial, iniciada na década de 1970. Harvey (2011) esclarece que esta crise foi uma estagnação econômica, caracterizada pelo fechamento de indústrias, aumento inflacionário, demissão de trabalhadores em massa e, junto à esses problemas culminou-se o crescimento da pobreza, exclusão social, intensificação dos fluxos migratórios, competitividade, individualismo, conflitos sociais, tensões, entre outros agravantes que atingiram radicalmente diversos países, principalmente, os da América Latina e África. Essa situação estratégica representou os contornos da história do final do século XX, que foi demarcado pelo neoliberalismo.

De acordo com Muceniecks; Silva (2007), o neoliberalismo teve origem para reagir contra o Estado, que até então era de Bem-Estar social e intervencionista. Dentro desse contexto, houve um reconhecimento positivo com relação a desigualdade gerada por essa ideologia, como o país estaria ingressando no mundo globalizado e competitivo. Esse fator impulsionaria as pessoas a se esforçarem mais para alcançar melhores condições e destaque no mercado. Então, a desigualdade não tem conotação negativa, já que impulsiona a competição entre pessoas e empresas, que se esforçam e se qualificam cada vez mais para atingir os novos padrões de homem e do mundo do trabalho.

O neoliberalismo é uma ideologia que tende a exigir das pessoas maior competência e flexibilidade no trabalho, tendo como relevância a privatização de empresas estatais e de serviços públicos. Além disso, o interesse dos neoliberais repercute na diminuição da interferência dos poderes públicos sobre o poder

¹ De acordo com Moreira (2012), Organismos internacionais são organizações especializadas das Nações Unidas que atuam intergovernamentalmente com responsabilidades internacionais. São apresentados como organizações de cooperação econômica, organizações regionais, e organizações não governamentais.

privado. Para Richard Sennett (2007) flexibilidade diz respeito à adaptação humana, às várias circunstâncias que ocorrem no mercado de trabalho, como diferentes turnos que o indivíduo pode trabalhar, por exemplo, o período da manhã, tarde ou noite e, ainda, a flexibilização das pessoas com relação a alta tecnologia industrial ofertada no mercado de trabalho, com os computadores programados.

É importante destacar que, no decorrer da década de 1990, o Brasil passou por uma Reforma do Aparelho do Estado, com a difusão do ideário neoliberal dos países centrais que buscavam ingressar os demais países “em desenvolvimento”, como os da América Latina, no mundo globalizado. Na compreensão de Frigotto (1998), globalização é uma

[...] ruptura das fronteiras dos mercados [...] uma comercialização de produtos importados e exportados, ou seja, os bens circulam. Além disso, tem também os investimentos, deslocamentos de capitais, fluxo de imigração (FRIGOTTO, 1998, p. 41-42).

Com esse novo modelo de investimento e reconfiguração da economia, os países que orientavam instalar essas atividades tinham como princípio a promoção de reformas estruturais nessas localidades, incluindo reformas no âmbito educacional. O intuito era propor mudanças no modo de vida da educação e da população, com vistas à valorização do consumo e do mercado financeiro. Neste sentido, a educação ou o conhecimento produzido na sociedade capitalista pode identificar-se como processo fragmentado, sendo uma das causas da pobreza e exclusão, pois atende especificamente aos anseios da classe dominante.

Com a reforma do Estado houve um enfraquecimento do poder, pois o Estado diminuiu sua participação na economia social, isto é, reduziu arrecadações impostos para a assistência social e, articuladamente, apresentou políticas neoliberais, seguimento que demonstra a descentralização de funções, como transferir afazeres à sociedade civil, à escola. Portanto, o Estado é forte para seus governos mínimos.²

Peroni (2003) menciona que as políticas de reforma do Estado resultaram num processo de privatização de empresas estatais, e fez do Estado um articulador mínimo e descentralizador, no que diz respeito às questões sociais, como nas áreas da saúde e educação. O Estado gerou novas formas de consenso numa sociedade

² Sobre Estado mínimo, Gaudêncio Frigotto (2010, p. 33-86) escreveu sobre “Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática” explicando a trajetória da educação no contexto da década de 1970 até os dias atuais, utilizando-se de documentos nacionais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96.

dualizada, isto é, presenciou-se uma sociedade de classe dominante e a classe dos dominados, com extrema riqueza para poucos e uma exagerada pobreza para muitos.

Conforme diz Marx (1998) em “O manifesto Comunista”, de 1847 e 1848, a sociedade do século XVIII e XIX estava baseada em “antagonismos de classe opressora e oprimidos” (MARX; ENGELS, 1998, p. 28), o que não diferencia da atual sociedade. Temos a presença de antagonismos sociais, culturais, econômicos, regionais em virtude de um capital excludente.

Em decorrência desses fatos, o Estado buscou realizar políticas públicas para conter as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico, uma vez que a formulação de políticas públicas adveio de fragilidades, como os conflitos vivenciados pela sociedade.

Pode-se afirmar que o Estado detém um poder que atenua contraditoriamente, visto que ora discursa sobre melhorias aos conflitos sociais que são gerados pelas desigualdades, organiza projetos de benefício social como “Programa Bolsa Família”. No caso do Brasil, o programa visa atender as classes menos favorecidas, ou seja, famílias pobres, por meio de políticas focalizadas e, ao mesmo tempo, o Estado assegura também os serviços privados, pois tem função de regular e preservar a sociedade privada.

O Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 1992, p. 23).

Verifica-se, portanto, intervenções políticas oriundas das orientações internacionais, como os da ONU³, UNESCO⁴, IIPE⁵ no que diz respeito ao social. Os programas de transferência de renda, organizados pelo Governo brasileiro buscam compensar a sociedade excludente, fragilizada pelos efeitos capitalistas e, os

³ Organização das Nações Unidas.

⁴ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

⁵ Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IIPE) é uma das instituições ligadas a UNESCO que articula atividades para os países em desenvolvimento. Sua essência consiste em orientar, planejar e investigar o planejamento educacional dos países da América Latina. Foi criada em 1963 pela UNESCO tendo sede principal em Paris na França e sua sede regional em Buenos Aires na Argentina.

mesmos são bem vistas mundialmente pelos grandes centros econômicos. Mas, a ampliação de programas de instabilidade social como os de transferência de renda, no caso, o Programa Bolsa Família vem amenizando os problemas de pobreza e conseqüentemente contribuindo para a melhoria da educação dessa população?

Por meio das estratégias descentralizadoras, há uma articulação das instâncias internacionais ONU, UNESCO, IPE em toda a América Latina para orientar e financiar políticas de estabilidade social, buscando elevar o nível de escolarização básica para todas as pessoas e, integrar os países periféricos nas demandas e estruturas capitalistas.

Sendo assim, a pesquisa realiza-se da seguinte maneira: destaca-se o contexto histórico das políticas educacionais do Brasil, na década de 1990, período de legitimação do marco referencial, que foi a incorporação do neoliberalismo no âmbito organizacional da educação. Em seguida, identificam-se as orientações políticas internacionais para a educação do Brasil, que foram preconizadas especificamente pela ONU, UNESCO e IPE. Por fim, apresentam-se alguns pressupostos históricos sobre o financiamento da educação no Brasil e, mais adiante, uma das políticas de renda mínima, o atual Programa Bolsa Família, que tem como política social o combate à pobreza e exclusão social, por meio da oferta da educação.

2 O contexto histórico das políticas educacionais a partir da década de 1990.

O objetivo dessa parte é compreender o processo histórico das políticas educacionais na década de 1990. Nesta compreensão, faz-se necessário, também, entender como o capital intervém cada vez mais na vida econômica, social, cultural e educacional da sociedade. Harvey (2011) explica que o capital é um constante processo de acúmulo de dinheiro que tem como propósito sempre ter a moeda acumulada a seu favor. Esse método é realizado por capitalistas de diferentes formas, como descreve:

Os capitalistas financistas se preocupam em ganhar dinheiro emprestando a outras pessoas em troca de juros. Os capitalistas comerciantes compram barato e vendem caro. [...] Até mesmo o Estado pode atuar como capitalista, por exemplo, quando usa as receitas fiscais para investir em infraestruturas que estimulem o

crescimento e gerem mais receitas e impostos (HARVEY, 2011, p. 41).

Esse processo tem sido uma das estratégias para o acúmulo de capital - favorecer alguns e desfavorecer outros. Para esclarecer o desenvolvimento do capitalismo, Muceniecks e Silva (2007) destacam as fases do capitalismo que predominou após a crise do feudalismo. Nos séculos XIV ao XVII, com o capitalismo comercial e os sistemas de produção manufatureiros, o trabalhador recebia um salário em troca de seu trabalho. Diante desse modo de viver na sociedade em constante transformação, houve um êxodo rural, cresceram as cidades e houve o aumento das desigualdades entre ricos e pobres. A sociedade passou a ser caracterizada por dualidades visíveis, que teve como predomínio a pobreza e a marginalidade.

Harvey (2011) descreve que, com a revolução industrial que ocorreu em meados do século XVIII, a lógica capitalista industrial era em investir no começo com tecnologias e organizar os meios de produção, utilizando, desse modo, matérias primas, força de trabalho e meios de produção necessária, como estruturas físicas, maquinários, energias entre outros. “A força de trabalho é combinada com os meios de produção por um processo de trabalho ativo [...] O resultado é uma mercadoria que é vendida no mercado [...] por um lucro” (HARVEY, 2011, p. 40-41).

Nesse processo de trabalho do século XVIII até meados do século XIX, Muceniecks e Silva (2007) destacam a fase do capitalismo concorrencial. Este apresentava a divisão do trabalho e toda mercadoria produzida no processo industrial era comprada e vendida. Na metade do século XIX até o início do século XX o capitalismo foi situado pela fase monopolista ou imperialista “[...] caracterizada pela consolidação dos Estados” (MUCENIECKS; SILVA, 2007, p. 75).

Naquele momento, as mercadorias produzidas eram vendidas a preços superiores ao seu custo natural, tendo, portanto, o surgimento dos monopólios e a apropriação da mais-valia. As atividades exercidas pelos trabalhadores da época, segundo Sennett (2007), eram degradantes e rotineiras e, frente a essas situações, o ser humano estava ameaçado a se degradar em suas próprias profundezas⁶, pois se tornava ignorante e alienado no trabalho rotineiro.

⁶ Expressão utilizada por Richard Sennett (2007, p. 41).

Outra fase demarcada pelo desenvolvimento do capitalismo é a do capitalismo monopolista de Estado ou Estado de Bem - Estar Social⁷, que aconteceu após a segunda guerra mundial de 1945. Nessa fase, houve uma forte presença do Estado interventor com políticas compensatórias nas áreas de educação e saúde. De modo geral, o Estado era o regulador e interventor socioeconômico no que tange à sociedade.

Com as mudanças ocorridas a partir de então, passou a ser exigido dos trabalhadores maior flexibilidade. Sennett (2007) pondera que a sociedade capitalista buscou meios de destruir os males causados pela rotina do trabalhador, criando, assim, instituições complacentes à ela, fato que nos mostra que o ser humano tende a ser adaptável às diversas variáveis as quais podem surgir no mercado de trabalho.

Ao avançar um pouco mais na história do desenvolvimento do capitalismo, em 1970, surgiu o capitalismo concorrencial global. Apresentou-se dessa forma, pois tudo que se produzia não ficava em um único lugar, mas era acessível aos arredores do mundo, por isso o termo global. Segundo Harvey (2011), o fenômeno conhecido como globalização da economia permitiu que houvesse a integração de capital e fluxo de imigração, ou seja, houve uma inter-relação das economias de um país para o outro.

Harvey (2011) afirma, também, que este foi um período demarcado por uma crise fiscal em Nova York, estendida e intensificada internacionalmente, provocando desemprego, fome, exclusão social, fechamentos de fábricas, estagnação econômica, aumento inflacionário. Junto à crise, surgiu a ideologia neoliberal que compareceu como resposta à ela, consequentemente, a lógica da “política era: privatizar os lucros e socializar os riscos, salvar os bancos e colocar os sacrifícios nas pessoas” (HARVEY, 2011, p. 16).

O neoliberalismo tinha como inimigo o Estado de Bem-Estar social, então, uma das atitudes que ele modificou foi a redefinição do papel do Estado em países periféricos. Segundo Moraes (2001), se esse Estado fosse sobrecarregado não

⁷ Segundo Peroni (2003), Estado de Bem Estar Social foi um Estado interventor no período pós guerra. Este tinha como papel controlar os ciclos econômicos por meio de políticas fiscais e monetárias. Além disso, era um Estado que direcionava políticas para o investimento público, visando o crescimento da produção e consumo em massa. Garantia o pleno emprego e regulava “[...]direta e indiretamente os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. Esse era o chamado Estado de bem-estar social” (PERONI, 2003, p. 23).

governaria suficientemente sua democracia, portanto, era necessário limitar sua participação política, diminuir suas decisões administrativas, para permitir que o mercado tomasse a frente das decisões. Nesse sentido, o Estado foi concebido pelo Estado mínimo, uma vez que passou a ser forte para o mercado capitalista e mínimo para atender as demandas sociais, pois tinha como compromisso ambicioso especular os interesses financeiros da elite, permitindo-nos compreendê-lo como hostil no que tange a cidadania, ao público e a sociedade. Sendo assim, a maior ofensiva neoliberal é acabar com o que é público, para inserir o que é privado, ou seja, os capitalistas buscam construir um sistema econômico sem poderes democráticos, sem instituições políticas e sociais.

Nos países periféricos, como os da América Latina, a Reforma do Estado procedeu por estímulos de instituições financeiras multilaterais, que exigiam a privatização de empresas estaduais, redução dos gastos públicos, flexibilidade no trabalho, terceirização de empresas, funcionários, entre outros. No Brasil, isso se desenvolveu no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a privatização de empresas estatais e de serviços públicos, como a Banespa, Companhia Vale do Rio Doce - empresa de siderurgia e mineração - e empresas de telecomunicações, como a Telebrás na década de 1990 em diante⁸.

Peroni (2003) apresenta que a reforma do Estado teve como objetivo reforçar a capacidade de governabilidade deste, que adquiriu características classistas, pelo fato de ser repressivo e regulador, tendo o predomínio de propriedades dominantes aliadas ao capital internacional. Essa reforma do Estado pode ser entendida como uma política de revalorização do mercado já que “as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as funções econômicas” (NETTO, 1992, p. 21).

Neste contexto de reformas, a educação, para os economistas, é para formar pessoas qualificadas, com vistas a ingressar ao mercado de trabalho e produzir uma cultura de consumidores diversificados para satisfazer as exigências desse mercado. Sob essa afirmação, Netto (1992) apresenta que,

As políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho “profissionalizante”) e os programas de qualificação técnico-científica (vinculados aos grandes projetos de investigação e pesquisa) oferecem ao capital monopolista recursos

⁸ Sobre a privatização de empresas estaduais ver: COELHO, Marcos Pereira; VOLSI, Maria Eunice França. As bases legais da gestão educacional, da gestão escolar e da gestão democrática. In: LARA, A. M. D. B; KOEPEL, E. C. N. (Org.). **Gestão educacional**. Maringá: UEM, 2010. p. 61-72.

humanos cuja socialização elementar é feita à custa do conjunto da sociedade (NETTO, 1992, p. 27).

A educação, nesse contexto capitalista, é contrária àquela que visa a formação humana. A educação humanizadora é um bem que deve ser apresentado para todos como direito para apropriar-se da cultura, organizada no decorrer da vida humana. Nessa perspectiva, o ser humano é um ser histórico⁹, como explica Marx; Engels em a Ideologia Alemã I - Feuerbach (1996),

O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. [...] Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. [...] O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades (MARX; ENGELS, 1996, p. 27-39, grifos do autor).

Nessa passagem, Marx e Engels (1996) indicam que é o próprio homem quem produz sua existência, sua cultura, e tudo que é produzido por ele passa a ser história. É por meio da satisfação de suas necessidades que os homens produzem sua vida material. Como resultado, quando há a apropriação dessa cultura é que se chama de educação, porque este homem educa-se com seu trabalho.

No final do século XX, mais especificamente na década de 1990 as reformas das políticas educacionais no Brasil, foram voltadas para a elevação da escolaridade. Priorizou-se o ensino fundamental no contexto da educação básica, juntamente com a inserção dos cursos técnicos, a fim de promover uma formação pautada nos padrões da qualidade total, como professores prestadores de serviços e alunos clientes¹⁰.

De acordo com Frigotto (2010), a qualidade total é uma das categorias que “reeditam o ideário da teoria do capital humano”, o que significa uma formação geral dos trabalhadores para atender “uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista” (FRIGOTTO, 2010, p. 41-86). Nessa perspectiva, o citado autor salienta que a educação é produto com qualidade variável, visto que a qualidade da

⁹ Dermeval Saviani (2007) abordará sobre a formação humana em seu texto *Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*.

¹⁰ Expressão utilizada por Gaudêncio Frigotto (1998).

educação, de fato, é para alguns. A qualidade total pode ser compreendida como uma formação aligeirada, sem muitos custos para os bolsos públicos, já que é para o empreendimento mercadológico e, não para a formação historicamente produzida pelo homem.

O artigo 211, capítulo III, seção I, da Constituição Federal de 1988, estabelece que: “§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em material educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e *padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios*” (C. F. 1988 – grifos nosso).

Observe-se essa seção, de modo a compreender que a citada Constituição Federal de 1988 delega que a União financiará a educação por meio de materiais educacionais, para garantir um padrão mínimo de qualidade, e não apresenta a educação como direito social. Essa escola que forma um padrão de aluno para inserção no mercado ensina técnicas das diferentes modalidades dos cursos e o desenvolvimento da cultura historicamente produzido pelo homem não é referendado.

Por sua vez, com base nas leituras evidencia-se que a educação para a emancipação humana não é oportuno para a reprodução do capital, pois para que haja a construção da emancipação humana é necessário que haja meios profundamente diferentes desse do qual se vivencia. com princípios que norteie a educação como essência, com investimentos próprios, adequados e a oferta real de uma educação pública, gratuita, de qualidade, tendo ela prioridade referenciada.

3 As orientações políticas internacionais para a educação do Brasil: Influências da ONU, UNESCO e IPE

Os organismos e organizações do sistema da ONU, como a UNESCO e o IPE, são instâncias que buscam inserir e influenciar governos de países em

desenvolvimento rumo às reformas governamentais e educacionais, por meio de implantações de políticas específicas e focalizadas.

Com interesses particulares de tentar desenvolver uma nova ordem mundial, mediante acordos e cooperação, as Nações Unidas fundou em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como objetivo manter a paz e a segurança internacional. Estabeleceu como princípio ter relações cordiais entre as diferentes nações do mundo, obedecendo à ordem de igualdades de direito, autodeterminação dos povos, incentivo e cooperação para solucionar problemas internacionais com relação à economia, com o social, cultural e humanitário.

A instauração da ONU tem como antecedente a Liga das Nações, constituída em 1919, na Conferência de Versalhes, teve inicialmente o objetivo de tentar solucionar os problemas com relação às disputas internacionais. Em 1946, a Liga das Nações se desfez, cedendo todos seus organismos à ONU. Entre vários organismos que essa organização tem, estão presentes: a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outras¹¹. Cada qual com objetivos especializados e distintos para conceder atividades relativas aos setores econômicos, sociais, culturais e educativos.

A ONU conta com a participação dos países membros, que pagam um valor anual a ela, relacionado ao seu Produto Interno Bruto (PIB), para financiar os projetos e programas (ONUBR, 2012). Além disso, a ONU têm seis órgãos compostos pela: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado.

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi fundada em 1945, logo após a segunda guerra mundial, com o objetivo de garantir a paz mundial, por meio de incentivos voltados para a colaboração e cooperação intelectual internacional. Sua responsabilidade era de criar condições para proclamar o respeito entre as diferentes civilizações, pessoas e culturas. Para isso, a UNESCO atuou e permanece operando “[...] nas áreas da educação, ciências naturais, ciências humanas e sociais, cultura, comunicação e informação” (ROSSI, 2007, p. 3-28).

¹¹ Ver em anexo o Organograma do Sistema das Nações Unidas (p. 25).

Suas atividades estão interligadas aos afazeres da ONU visto que, a organização tem como objetivo ajudar os Estados membros a eliminar o analfabetismo, ampliar a educação gratuita e para todos, erradicar as disparidades entre gêneros no campo educacional, com vistas a promover e complementar uma articulação entre estudos, avaliações, recomendações e monitoramentos de que as mudanças estão surtindo efeito no âmbito econômico, educacional e cultural nos países.

Ao consumir relações com o Brasil em 1990, verifica-se que a educação brasileira foi um dos países da América Latina que se submeteu às expectativas da UNESCO, ao receber diretrizes orientadas pelo Banco Mundial ¹² que se tornou financiador e controlador das reformas ocorridas no país nessa época. O Banco Mundial passou a ser o financiador e regulador de projetos nas diferentes áreas e políticas públicas, e a educação foi um dos alvos, no sentido de formar para cidadania, com objetivos “à mera formação para a adequação ao mercado de trabalho ou inovação nos marcos do capitalismo” (SILVA, 2012, p. 144).

Segundo Silva (2012), a educação para formação da cidadania estruturou-se nas exigências de um mercado que visou eficiência econômica e política, e isso se deu respectivamente nos setores públicos e privados. A educação foi, e continua sendo, um fator, do ponto de vista da UNESCO, provedora da modernidade, ou seja, ela é necessária para desenvolver habilidades e conhecimentos em uma sociedade contemporânea. Então, é preciso ofertar uma Educação Básica para todos, universalizando o ensino, discurso bem apresentado nas políticas educacionais do governo brasileiro.

Para ampliar suas exigências nos países periféricos, a UNESCO tem o apoio de escritórios e agências interligadas à ela, com total autonomia para expor e orientar programas direcionados às políticas públicas educacionais.

Em 1963 a UNESCO criou o Instituto Internacional de Planejamento da Educacional (IIPPE), um centro de formação e investigação que visa investir na educação por meio do planejamento educacional na América Latina (AL). Desde que foi fundado, o que o orienta a desenvolver tal planejamento à AL, é a elaboração de

¹² Criado em 1944, o Banco Mundial tem como objetivo essencial conceder créditos a países subdesenvolvidos para o financiamento de seus projetos e para facilitar aos mesmos ajuda técnica, com intuito de combater a pobreza, desenvolver ajustes estruturais nos investimentos públicos, ajustar os setores manufatureiros e de exportação (ONUBR).

ideias e conceitos para planejar uma educação que insira toda a sociedade no ambiente escolar.

Com essa intencionalidade, o IPE expõe minuciosamente cursos de treinamento para educadores e gestores das instituições públicas, propalando o discurso em trabalhar com a Educação Para Todos (EPT). Na AL, sua sede encontra-se na Argentina, para refletir especificamente as questões educacionais latinoamericanas, e promover a transformação educacional nos países dessa região devido aos grandes problemas sociais presentes, como analfabetismo, desigualdade social, entre outros¹³.

Em virtude dos problemas sociais e educacionais enfrentados na AL, o IPE tem como propósito desenvolver suas atividades aliado-se a escola, já que esse local tem um papel importante na formação dos indivíduos.

Rizo (2005) afirma que a escola é um dos ambientes em que a sociedade pode superar os problemas que enfrenta, principalmente por causa do globalismo excludente. Nesse sentido, é necessário que as pessoas que ali atuam estejam comprometidas com a formação emancipadora. De acordo com as contribuições de Chaves (2012), a educação é um processo que possibilita uma ruptura da alienação e libertação da opressão, tendo caráter revolucionário, porém, isso é possível quando há integração entre trabalho e educação.

Portanto, ressalta-se que a educação tem papel importantíssimo na humanidade, pois seu principal objetivo é promover um ensino pautado nos conhecimentos científicos historicamente produzidos na sociedade. Formar pessoas críticas ante as experiências de uma sociedade antagônica visto que, no contexto capitalista atual, o que se predomina ainda, é a formação de indivíduos se sujeitarem às necessidades do mercado, ou seja, são homens condenados a lutar pela sua vida de forma alienada e imediatista.

4 Visão panorâmica do financiamento para Educação no Brasil

A educação do Brasil é organizada por níveis e etapas. O primeiro nível é a educação básica, amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º

¹³ Essas informações podem ser encontradas no site do IPE disponível em: http://www.iipe-buenosaires.org.ar/que_es_el_iipe

9.394/1996 com as etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação básica tem por finalidade desenvolver no educando a formação comum para exercício da cidadania, fornecer ingresso no mundo do trabalho e possibilitar estudos futuros, conforme consta no artigo 22 das disposições gerais. O segundo nível é o ensino superior, que tem por finalidade o desenvolver do espírito científico e do pensamento reflexivo, formar diplomados nas diferentes áreas do saber, promover e divulgar os conhecimentos culturais, científicos e técnicos constituídos no patrimônio histórico da humanidade, entre outros.

Na educação o sistema de ensino no Brasil é descentralizado e cada ente federado (União, Estados e Municípios) é responsável em cumprir tarefas para cada nível de ensino, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 2 – Distribuição de responsabilidades entre os entes federados

União	Estados	Municípios
<ul style="list-style-type: none"> ■ Coordenar a Política Nacional de Educação ■ Exercer função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais; ■ Elaborar Plano Nacional de Educação; ■ Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e dos territórios; ■ Elaborar as diretrizes curriculares para a educação básica; ■ Coletar, analisar e disseminar informação sobre a educação; ■ Avaliar a educação nacional em todos os níveis; ■ Normatizar os cursos de graduação e pós-graduação; ■ Avaliar as instituições de ensino superior; ■ Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos de ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Organizar, manter e desenvolver órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; ■ Definir, com os municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental; ■ Elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação; ■ Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino; ■ Baixar normas suplementares para o seu sistema de ensino; ■ Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; ■ Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas; ■ Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; ■ Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; ■ Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental.

Fonte: BRASIL; MEC, 2006.

No quadro acima é apresentado que cada esfera tem suas responsabilidades e competências para com a coordenação da educação, nessa mesma lógica, a organização para o financiamento da educação se destina de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Para essa compreensão, é relevante apresentar um pressuposto histórico da educação como direito e sua política de financiamento.

No Brasil, a educação foi considerada como direito com o “Ato Adicional de 1834¹⁴ e Constituições Estaduais – Instrução elementar de responsabilidade dos estados, prevendo a escolarização primária gratuita e obrigatória” (BRASIL. MEC, 2006, p. 23), antes desse período, a educação não atendia nem 5% da população, uma vez que praticamente quase todos os indivíduos que aqui viviam eram escravos e os estudos eram para aqueles que tinham alto poder aquisitivo e disponibilidade de tempo para estudar, ou seja, a minoria.

Naquele momento, houve um aumento pela demanda escolar, em virtude do comércio, pois estava ocorrendo a expansão das cidades “[...] Viabilizou-se a cobrança de tributo correspondente ao atual ICMS¹⁵, multiplicando-se as escolas primárias e secundárias, a cargo das Províncias do Império e, a partir de 1889, dos estados da República” (BRASIL. MEC, 2006, p. 24).

Em 1930, a sociedade passava por transformações que caracterizava o desenvolvimento nas demandas industriais, tendo, por exemplo, intensa urbanização e industrialização no país, consequentes investimentos em saneamento, rodovias, fontes de energia e “[...] Surgimento de escolas municipais financiadas por seus tributos” (BRASIL. MEC, 2006, p. 24). Segundo Cury (2007), no citado período histórico ocorreu a Revolução de 1930 no processo sócio- político conduzido pela Assembléia Nacional Constituinte de 1933-1934, que estabeleceu a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário a ser ofertado pelos entes federativos e o Plano Nacional de Educação sob Diretrizes e Bases. O autor afirma ainda, que a Constituição Federal de 1934 foi o marco da intervenção estatal-nacional, pois a educação era direito de todos, devendo ser de responsabilidade da família bem como dos poderes públicos.

Mais adiante, Cury (2007) anuncia que em 1937 houve na educação a supressão da vinculação constitucional de recursos. Em 1946 retomaram os princípios de 1934, marcados pela liberdade e solidariedade humana e pela vinculação de recursos para educação em União: 10%, Estados e Distrito Federal: 20%, Municípios: 20%.

¹⁴ A escolha desse período decorre devido a necessidade de compreender o processo histórico da educação no Brasil e o consequente financiamento vinculado à ela. Como fator de legalidade tivemos o Ato Adicional de 1834 que legitimou o direito a educação. Para descrever sobre o encaminhamento histórico da Educação no Brasil frisamos por deixar em evidência alguns marcos históricos, devido às limitações de tempo do presente artigo, entre eles estão: 1834, 1930, 1933, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969, 1990 e 1996.

¹⁵ Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.

De acordo com Cury (2007), a partir da Constituição de 1946 foi organizada a Lei n.º 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no Brasil, alterando os gastos da União: 12% Estados e Distrito Federal: 20%, Municípios: 20% para financiar a educação.

Em 1967 houve novamente a supressão dos recursos educacionais devido à Ditadura Militar. Em 1969 o Brasil presenciou a vinculação de recursos somente no município, com 20% dos impostos para as redes primárias de ensino. Na década de 1980, a Constituição Federal teve vínculos de recursos, alterando somente o percentual da União para 18%, Estados e Distrito Federal para 25%, Municípios para 25%. Cury (2007) salienta que a LDBEN e a Constituição Federal, nesse período, deram relevância para a educação, elevando a categoria de princípio e de direito social.

Em 1996, a Emenda Constitucional n.º 14/96 subvinculou os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) com recursos voltados prioritariamente no ensino fundamental regular. Dessa emenda decorreu a Lei n. 9.424/96, que regulamentou o FUNDEF, fundo para alunos de ensino fundamental.

Sobre a Proposta da Emenda Constitucional 233 (PEC), Peroni (2003) esclarece que o governo Fernando Henrique Cardoso, alterou em 1996, o Art. 60 da Constituição Federal de 1988, ao diminuir a responsabilidade do Poder Público para com a educação básica, transferindo para os Estados, Municípios e Distrito Federal o financiamento para educação e incumbiu à União, ter a função redistributiva e supletiva para equalizar as oportunidades educacionais. Desse modo, a União teve uma desobrigação com o ensino fundamental, a partir do momento em que destina o equivalente a 30% de recursos para a manutenção e eliminação do analfabetismo, pois esse equivalente, segundo Peroni (2003), seria também referente aos recursos extra-orçamentários como salário – educação¹⁶. O FUNDEF, segundo Peroni (2003),

[...] vem consolidar o projeto de reforma do Estado na educação, em parte pelo contexto da crise fiscal, pois, ela [...] vem mais no sentido de se racionalizarem os recursos do que universalizar o ensino ou de avançar a qualidade e, em parte pela proposta de descentralização. Essa descentralização passa pela gradativa desobrigação da União para com o ensino [...] (PERONI, 2003, p. 132).

¹⁶ Contribuição social recolhida pelas empresas na forma de Lei n. 10.832-12/03.

Considera-se que a magnitude dada à esse fundo está atribuído ao caráter classista do governo, pelo fato de regular suas responsabilidades ao atendimento às questões sociais como a educação, transferindo e descentralizando às diferentes esferas governamentais e para a sociedade civil, em virtude de atender a dinâmica do capital.

No lugar do FUNDEF de 1996, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2006, através da Emenda Constitucional n. 53/2006. Essa emenda ampliou o atendimento financeiro para a educação básica como um todo e não somente privilegiou o ensino fundamental, como o antigo FUNDEF. O FUNDEB designou um piso salarial para o profissional da educação, renovou a obrigação dos profissionais do magistério de se capacitarem, através da formação continuada, tendo como propósito ofertar educação de qualidade.

5 Política de transferência de renda: Programa Bolsa Família

Nesta pesquisa a análise ocorre de forma sucinta na política de transferência de renda mínima, especificamente o programa “Bolsa Família”. Estas são primeiras aproximações no que diz respeito ao tema.

Para melhor compreensão da ação do Estado nas políticas sociais, vamos apresentar o que Netto (1992) pontua sobre essa questão. Para o autor, as políticas sociais decorrem da dinâmica e contradições presentes no capitalismo, esse, por sua vez

[...] cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável as demandas subalternas que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos (NETTO, 1992, p.25).

A intervenção do Estado para a questão social vem atender a uma demanda imediata já que “a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de Trabalho” (NETTO, 1992, p. 27). As políticas sociais quando contextualizadas vem assegurar as condições para o desenvolvimento do capital, ou seja, se uma pessoa trabalha são recolhidos fundos de aposentadorias e pensões,

por exemplo, e, por conseguinte, as pessoas que se beneficiam desses “bens” vivenciam o subconsumo. Da mesma forma decorrem as políticas sociais de cunho profissionalizante, que vem atender à uma demanda capitalista, na qual a formação e a qualificação são relevantes para o mercado. Assim, os programas sociais de transferências de renda apresentam-se para atender uma determinada fragilidade momentânea do indivíduo (pobreza, analfabetismo, marginalidade, etc.).

O Programa Bolsa Família inicialmente era conhecido como Projeto Bolsa Escola e foi desenvolvido para atender as famílias de renda mínima, sendo uma política social que objetivou combater a pobreza e a exclusão social, além de fazer permanecer crianças e adolescentes na escola. Teve início em 1986, no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, na Universidade de Brasília, coordenado pelo então ministro Cristóvam Buarque, reitor e professor da citada Universidade.

Esta política social relacionada à educação de combate à pobreza, analfabetismo e exclusão social foi uma estratégia para tentar diminuir os problemas sociais presentes na sociedade capitalista, englobando no âmbito escolar o aperfeiçoamento de alunos e membros familiares para um futuro trabalho, já que o que mais se presenciava eram crianças e adolescentes fora da escola para ajudar os pais a trabalharem. Com seu avanço, o projeto recebe o nome de Programa Bolsa Família, seguindo os mesmos princípios do antigo projeto: combater a pobreza e alfabetizar crianças e adolescentes.

O Bolsa Família é um programa que transfere dinheiro diretamente às famílias de renda mínima, ofertando à essas pessoas o direito à alimentação, à educação e à saúde. O programa é ofertado como meio de incentivo para as crianças e jovens a frequentarem as escolas e, conseqüentemente, buscarem a educação, pois ganham uma “bolsa” para apenas estudarem e não trabalharem.

A concepção adotada é de que a pobreza apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional; é essencialmente de natureza estrutural, sendo, portanto, mais que insuficiência de renda. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política (SILVA, 2007, p. 1430).

Conforme Silva (2007) o que deixa bem esclarecido é que a sociedade apresenta duas realidades distintas de classes, marcadas pela exclusão e pobreza

cultural, intelectual, econômica, social, regional, etc. Podemos dizer que isso adveio com a propriedade privada, conforme explica Marx; Engels (1996), na Ideologia Alemã I –Feuerbach 1845-1847.

Para que o aluno, bem como a família, venha ter o benefício social, deve-se seguir condicionalidades. Entre elas está a participação mínima de 85% da carga horária mensal de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos nas aulas e, para jovens de 16 e 17 anos, pelo menos garantir frequência de 75% nas aulas¹⁷. A saúde fica como responsabilidade da família:

[...] é demandado o cumprimento de uma agenda de saúde e nutrição para as famílias beneficiárias que tenham em sua composição gestantes, nutrizes e crianças menores de sete anos, representada principalmente por exames de rotina, pré-natal e vacinação, acompanhamento do estado nutricional das crianças e atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde (SILVA, 2007, p. 1436).

Verifica-se que o Estado busca atender minimamente cada setor social, saúde e educação. É importante destacar que, entre os requisitos, há uma renda mínima para poder ter o benefício. Cada família deve possuir renda ínfima mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 com crianças de 0 a 17 anos. As famílias que apresentarem renda mensal inferior a R\$ 70,01 podem participar do programa sem restrições¹⁸.

Entende-se, portanto, que o dinheiro distribuído tem caráter compensatório, emergencial e assistencialista, de tal modo que, “[...] o contexto das reformas dos programas sociais na América Latina tem sido orientada pelo ideário neoliberal, significando medidas meramente compensatórias” (SILVA, 2007, p. 1435).

Para tentar amenizar os antagonismos entre riqueza e pobreza, o Estado não pode permitir que haja aumento exagerado da pobreza, pois muita pobreza pode afetar o desenvolvimento do capital, então, é necessário, por vezes, haver estratégias compensatórias.

Segundo estatísticas do Ministério da Fazenda de 2012, o Programa Bolsa Família ajuda a aliviar a pobreza. Desse modo, é muito bem visto pelo Banco Mundial e demais organismos multilaterais, pois esse programa é um dos mais

¹⁷ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Programa Bolsa Família**: Agenda da Família. 2010.

¹⁸ Encontra-se esses dados na agenda da Família do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Programa Bolsa Família de 2010.

eficientes na redução de desigualdades, já que tem foco nas famílias mais pobres. Mas, cabe refletirmos, se há muita pobreza é por que há má distribuição de renda, de educação, de saúde. Enfim, se há diferenças é porque, alguém é favorecido em virtude de um desfavorecido, há a presença de exploração e do explorado.

A história de toda a sociedade antiga consistiu no desenvolvimento de antagonismos de classe, antagonismos que assumiram formas diferentes em épocas diferentes.

Mas qualquer que seja a forma que tenham tomado, um fato é comum a todas as épocas passadas, a saber, a exploração de uma parte da sociedade pela outra. Não surpreende, então, que a consciência social das épocas passadas, apesar de toda a multiplicidade e da variedade que exhibe, mova-se dentro de certas formas comuns, ou ideias gerais, que não podem desaparecer completamente, exceto com o desaparecimento total dos antagonismos de classe (MARX; ENGELS, 1998, p. 43).

Portanto, conforme descreve o excerto acima, haverá a extinção das desigualdades, crueldade, exploração, se a sociedade, de fato, extinguir os antagonismos entre as classes, visto que, desde a sociedade antiga, pode-se dizer que até o presente século XXI, a situação social de exploração e explorados vem a cada dia aumentando mais em virtude de dinheiro, de capital em diferentes formas.

Por fim, os atuais problemas que persistem na sociedade e os programas de transferências de renda, como o Programa Bolsa Família, exigem um nível de renda baixo para famílias conseguirem o benefício. As condicionalidades impostas podem fazer com que as famílias permaneçam na sua pobreza e na sua desqualificação profissional, uma vez que estas não tem autonomia para crescerem financeiramente. Elas podem continuar na pobreza, por essa renda ser insuficiente e incapaz de reverter o quadro social no âmbito econômico-social. No entanto, de um lado esse programa pode vir a melhorar o quadro emergencial de algumas dessas famílias temporariamente, ofertando assistências. Todavia, se não houver mudanças significativas no quadro social da saúde, trabalho e, principalmente, na educação, não terá como melhorar o padrão de vida de muitos brasileiros, pois o Programa Bolsa Família é voltado para as famílias pobres objetivando aliviar a pobreza imediata em que elas se encontram, mas não superará a linha de pobreza que predomina.

5 Considerações Finais

Com base nos estudos realizados, pode-se concluir que a discussão sobre a gestão e financiamento da educação é pertinente e relevante, pois é necessário que as pessoas comprometidas com área educacional compreendam as políticas que estão em torno da educação, observando atentamente as orientações de organismos internacionais para a educação na América Latina, sendo conclusivo que o interesse desses organismos é voltado para a manutenção e desenvolvimento do capitalismo.

Nesta pesquisa, alcançaram-se os objetivos que foram compreender como se processaram as orientações advindas dos organismos internacionais para o campo educacional e o financiamento da educação no Brasil marcado historicamente pelo Ato Adicional de 1834 que legitima o direito a educação no Brasil. Com o desenvolver do Brasil, o mesmo introduz nas estruturas organizacionais dos organismos internacionais.

Atingiu-se também a compreensão dos fatores históricos do Programa Bolsa Família, o qual visa atender famílias carentes sob ótica educacional. Decorrido esse processo de se relacionar com a educação, o Programa Bolsa Família é uma estratégia de governo para buscar diminuir os problemas de pobreza existente no país pautando-se na educação, no entanto em suas condicionalidades não há quesito especificado para contribuir na educação dos alunos beneficiados.

Sobre essas e outras circunstâncias presentes no Brasil e em toda América Latina, há a importância de refletir a educação para a emancipação humana, conforme defende Marx (1998), buscá-la por meio do conhecimento histórico da formação dessa sociedade que se transforma dia pós dia. Compreender esse movimento é indispensável para formação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Assim, é possível ater-se às políticas que se voltam para a sociedade, uma vez que as mesmas acabam por exigir e definir uma educação básica, ou seja, no que tange as políticas sociais a desenvoltura das mesmas acabam sendo negligenciadas para atender as necessidades de um mercado excludente.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Conselho escolar e financiamento da educação no Brasil**. Dourado, Luiz Fernandes... [et. Al]. (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2006.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Educação pública, gratuita e de qualidade na perspectiva do trabalho. In_ BERTOLDO, Edna... [et. al.]. (Orgs.). **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. p. 201-214.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Estado e políticas de financiamento em educação**. Campinas: Educ. Soc. v. 28, n. 100, 2007, p. 831-855. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 ago 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 41-42.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 33-92.

HARVEY, David. **O Enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IPE – Sede Regional do Instituto Internacional de Planejamento da Educação. Buenos Aires. Disponível em: <http://www.iipebuenosaires.org.ar/que_es_el_iipe>. Acesso em: 12 out. 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Tradução de Maria Lucia Como, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã I: Feuerbach**. 10ª. ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Programa Bolsa Família**: Agenda da Família. 2010.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010): os casos Brasil e Portugal.** 352 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, pra onde vai?** São Paulo: SENAC, 2001.

MUCENIECKS, Rebeca Szczawlinska; SILVA, Jani Alves da. **A mundialização do capital, a reforma do Estado e o neoliberalismo no Brasil.** Sarandi: Revista Unissa- ciências Humanas e Sociais Aplicadas. V.3, n.3. 2007. p. 73-87.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NASÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Conheça a ONU. Disponível em:<<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/conheca-a-onu/>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

PERONI, Vera. Breves considerações sobre a redefinição do papel do Estado. In: **Política educacional e o papel do Estado: no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003.

RIZO, Gabriela. **Aprender a ser, aprender a reinventar:** caminhos da Unesco para a era global- O relatório Delors, o Planejamento Estratégico Situacional e o processo Civilizador. Universidade do Rio de Janeiro: mar. 2005. p. 183-193.

ROSSI, Roberto. **UNESCO: o que é? O que faz?.** Publicações online da UNESCO, 2007. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/imagens/0014001473/147330por.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 12^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O bolsa família:** problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil, Brasil: Ciência e Saúde Coletiva, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/630/63013517006.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

SILVA, Sidney Reinaldo da. **Estado, educação e equidade no Brasil: a formação gerenciada da cidadania.**Campinas: Mercado de Letras, 2012.

Referências Consultadas

NASCIMIENTO, Elimer Pinheiro do; AGUIAR, Marcelo. **Bolsa Escola: historia y evolución**. Buenos Aires, 2006. Disponível em: <<http://www.iipe-buenosaires.org.ar/publicaciones.htm>.> Acesso em: 26 ago. 2012.

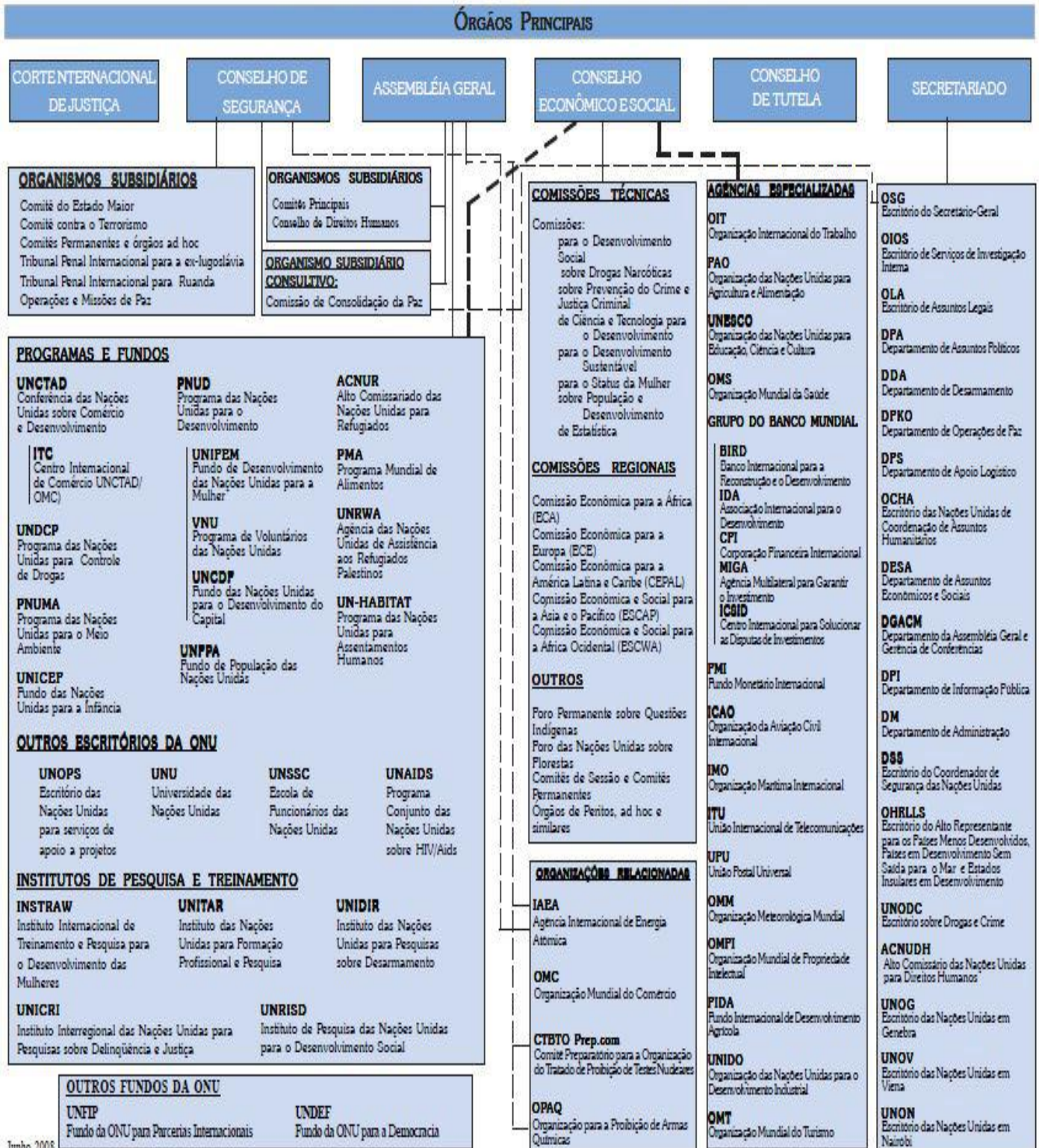
SILVA, A.P.R.; MOREIRA, J.A.S.; VOLSI, M.E.F. **Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IPE) e suas orientações para a política educacional brasileira**. 2012. Relatório (Projeto de Iniciação Científica) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

TOUSSAINT, Eric. **A Bolsa ou a vida** a dívida externa do Terceiro mundo: as finanças contra os povos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 41-251.

Anexo I

Organograma do Sistema das Nações Unidas

O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS



Anexo I: Organograma do Sistema das Nações Unidas

Fonte: Moreira (2012, p. 356).